



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181160 - RJ (2021/0218211-6)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA DE SÃO JOÃO DE MERITI - SJ/RJ
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE BELFORD ROXO - RJ
INTERES. : IGOR GUSTAVO DA COSTA LINHARES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência entre o JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA DE SÃO JOÃO DO MERITI (SJ/RJ), suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE BELFORD ROXO (RJ), suscitado.

O objeto deste conflito é o processamento e julgamento de ação penal movida contra réu preso pela suposta prática do delito de homicídio tentado.

O juízo suscitado assim se manifestou (fl. 135):

1. Intimado o MP acerca do APF, sobreveio a seguinte promoção:
O procedimento cuida de tentativa de homicídio contra dois policiais militares. Não obstante serem servidores públicos estaduais, estavam cedidos ao Tribunal Regional Eleitoral. Ademais, foram atacados quando estavam no exercício de suas funções, entregando intimação oriunda da Justiça Eleitoral. Tais circunstâncias atraem a incidência do disposto no art. 109, IV, da Constituição Federal.
Por tais razões, o Ministério Público requer o declínio de competência em favor de uma das Varas Federais com competência criminal sediadas em São João de Meriti (livre distribuição entre 3ª e 4ª Varas Federais).
2. Tenho que assiste razão ao MP, tendo em vista que o crime foi praticado contra policiais militares cedidos a Tribunal Federal, quando do exercício de suas funções.
3. Assim, dê-se baixa e remetam-se os autos a uma das Varas Federais com competência criminal sediadas em São João de Meriti (livre distribuição entre 3ª e 4ª Varas Federais).

O juízo suscitante, por sua vez, assim se pronunciou:

Em uma primeira análise dos fatos, até se pode tender ao entendimento

de que a competência seria Federal, em razão de os policiais militares estarem a serviço da Justiça Eleitoral. No entanto, no aprofundamento da situação fática, verifica-se que a abordagem sofrida não teve qualquer relação com a diligência a ser cumprida.

Conforme a dinâmica relatada, as vítimas estavam em veículo descaracterizado e não utilizavam fardamento oficial, em localidade de reconhecida periculosidade. O policial Rafael, ao avistar IGOR caminhando na direção da viatura e portando arma de fogo, desceu do veículo e, neste momento, IGOR efetuou disparo na direção dos policiais.

Os elementos dos autos demonstram, a rigor, a inexistência de nexo causal entre o crime praticado e a diligência da Justiça Eleitoral, uma vez que a troca de tiros não teve relação com as atividades desempenhadas pelos policiais militares naquele momento.

No caso em tela, a situação vivida pelas vítimas é decorrente da notória violência urbana do Estado do Rio de Janeiro, sendo certo que a ação delituosa não foi praticada pelo destinatário da diligência, ou por pessoas ligadas a ele. Outrossim, inexistem sequer indícios de que os autores do fato soubessem da condição de agentes públicos das vítimas ou o motivo pelo qual estavam no local.

Revela-se, portanto, meramente circunstancial o fato de a troca de tiros ter ocorrido quando as vítimas estavam em trânsito para cumprimento de diligência da Justiça Eleitoral.

A competência da Justiça Federal, a teor do artigo 109, IV da Constituição Federal, se firma quando há relação entre a prática do crime e o exercício da função pública. Não basta, portanto, seja o delito praticado contra o servidor público no exercício de suas funções. É necessário que haja relação entre a prática e as funções exercidas pelo funcionário, a teor da súmula 147 do STJ, in verbis:

Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, quando relacionados com o exercício da função. grifei

[...]

Entendo, portanto, que a fixação da competência no âmbito da Justiça Federal é passível de trazer violação à garantia fundamental do juiz natural e do devido processo legal, eis que o fato de as vítimas estarem a serviço do Tribunal Regional Eleitoral era desconhecida pelo denunciado e não teve relevância para a prática do crime a ele imputado, acarretando, assim, a ausência de interesse da União na lide, de modo a atrair a competência da Justiça Federal para processamento e julgamento do feito.

Dessa forma, DETERMINO à secretaria que proceda à remessa dos presentes autos ao Superior Tribunal de Justiça, para que seja apreciado o conflito negativo de competência, que ora suscito, face ao Juízo da 1ª Vara Criminal de Belford Roxo/RJ, conforme arts. 105, I, 'd', da Constituição Federal e 113 a 116 do Código de Processo Penal. (fls. 14-15)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Verifica-se a existência de réu preso e, em razão disso, é prudente a designação de um dos juízos envolvidos neste conflito para decidir as medidas urgentes.

Registre-se que, nos termos da Súmula 147 do STJ, "compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal,

quando relacionados com o exercício da função".

Neste juízo perfunctório, conforme decisão acima transcrita, os policiais foram atingidos no exercício da função vinculada ao TRE, o que enseja a incidência, em tese, da referida súmula.

Ante o exposto, designo o JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA DE SÃO JOÃO DO MERITI (SJ/RJ) para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes e decidir inclusive sobre eventuais pedidos de liberdade ou medidas urgentes postulados nos autos.

Comunique-se, ainda, ao Juízo suscitado para que preste as devidas informações, em 10 dias, nos termos do art. 954, *caput*, do Código de Processo Civil.

Dê-se ciência ao Juízo suscitante acerca do que foi aqui determinado.

Após, vista ao Ministério Público Federal, pelo prazo de 15 dias (art. 198 do RISTJ).

Em seguida, sejam os autos conclusos ao relator (art. 955, parágrafo único, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente